

- **Exmo. Sr. VEREADOR DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO**
- **Exma. Sra. Presidente do Instituto Politécnico do PORTO Professora Rosário Gamboa**
- **Exmo. Sr. Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, Engº Reis Campos**
- **Exmo. Sr. Vice-Presidente do Instituto Superior de Engenharia do PORTO, Professor Barros Oliveira**
- **Exmo. Sr. Presidente da Secção Regional Norte da OET, Colega Mário Gil**
- **Caros colegas de Direção da OET**
- **Caros colegas**
- **Minhas Senhoras e Meus Senhores**

Queria começar por apresentar a todos as cordiais saudações do Sr. Bastonário da OET, Engº Augusto Ferreira Guedes, que por motivos inultrapassáveis das últimas horas não consegui estar presente e me pediu para comunicar, a esta ilustre assembleia, o seu desejo de que estas jornadas correspondam aos anseios de todos, nas diferentes vertentes que aqui hoje vamos tratar.

Neste evento, que em boa hora a OET leva a efeito, e na presença de todos os oradores desta Jornada, que nos deram a honra e o privilégio de aceitar partilhar connosco o seu conhecimento e experiencia sobre temas tão atuais e prementes para a Nossa área de atividade e para o futuro do País, queria congratular-me com a expressiva audiência nesta iniciativa da OET e dos seus Colégios de Engenharia Civil, de Engenharia Geotécnica.

Não pretendendo maçar-vos com palavras que não vieste aqui ouvir, não posso, no entanto, deixar de partilhar convosco algumas ideias e realizar outros tantos agradecimentos.

O primeiro agradecimento é dirigido aqueles que de uma forma pronta aceitaram o convite para efetuar as comunicações que aqui hoje vamos escutar e sobre as quais certamente iremos refletir e retirar conclusões, mostrando-se desde logo disponíveis para a partilha e discussão do seu conhecimento. Bem hajam.

Ao ISEP, ao IPP, ao CCISP aqui representado pela Professora Rosário Gamboa e á Universidade Fernando Pessoa, o agradecimento pela pronta disponibilidade que demonstram ao aderir ao presente evento, postura de colaboração que a nós, OET, muito nos apraz e honra e que se demonstra profícua num relacionamento cada vez mais próximo e estreito nas áreas de interesse comum.

A todos vós pela demonstração de interesse que espelha a vontade de atualização, de discussão dos problemas que preocupam os profissionais de Engenharia em Portugal e pela vontade de evolução que diariamente colocam no exercício da Vossa atividade profissional, facto que a todos nos orgulha e contribui decisivamente para a dignificação do exercício da engenharia, pela nossa classe profissional.

E por fim, á nossa estrutura de suporte operacional pelo seu empenhamento para que o evento de hoje seja o que de melhor sabemos e conseguimos fazer.

Queria transmitir a esta digníssima assembleia o meu desejo de que os trabalhos decorram de forma produtiva e enriquecedora e comunicar-vos que a OET, continua, como sempre, na sua curta mas dinâmica história, empenhada e atenta às necessidades dos seus membros nas diferentes áreas da sua atividade profissional.

Esse empenho é fruto do trabalho de todos aqueles que se têm demonstrado disponíveis, para com a sua colaboração, disponibilidade e empenhamento dirigir os destinos da classe profissional a que pertencemos e o fazem com a determinação necessária á afirmação de uma classe profissional que á 160 anos colabora na edificação do país em todas as áreas e especialidades em que exercemos atividade.

Hoje, fruto deste trabalho e empenho, finalmente vemos reconhecido por todos, mesmo pelos que de nós sempre discordam, a nossa capacidade de realização, de intervenção na sociedade e de Regulação da Engenharia em Portugal, tarefa que abraçamos, desde sempre, com grande sentido de responsabilidade e de missão perante os nossos

diretos interlocutores, ou seja, os Engenheiros Técnicos Portugueses por um lado e o Estado por outro.

Esta é, e será, a postura numa defesa intransigente dos interesses dos engenheiros técnicos, no panorama da Engenharia Portuguesa e do nosso País, que apesar de estar a passar uma época conturbada da sua história recente, não acabou nem acabará, dado que acreditamos possuir uma força e vontade que certamente serão determinantes na viragem que queremos e que será realidade, mal estejam criadas as condições, enquanto nação e enquanto membros de um grande bloco geo-económico que igualmente necessita de rapidamente mudar de vida.

A recessão que hoje atravessamos no país e particularmente em alguns dos seus mais importantes, desde sempre, sectores de atividade como é a construção, espelhada nas notícias bem recentes de mais uma quebra de cerca de 23% no primeiro trimestre do ano, é fruto de uma sinergia de duas causas que são a situação económica nacional e internacional, mas também, porque não assumi-lo, um redimensionamento do sector que se encontrava

desajustado á realidade do suprimento das necessidades internas e pouco se tinha feito pela exportação e internacionalização do sector.

O redimensionamento a efetuar passa pela dimensão das empresas mas fundamentalmente pelo ajuste funcional das mesmas, redimensionamento que exige uma reflexão que em tempo de grande rotação é difícil de ter com a clarividência necessária para realizar os ajustes necessários.

O tema que, hoje, aqui proponho convosco refletir tem-se demonstrado de elevado interesse nos últimos tempos com os resultados calamitosos, para as engenharias, do *concurso nacional de acesso* nas suas diferentes fases, e que muita tinta fez correr nos dias subsequentes á publicação dos resultados da primeira fase de colocação, menos se falou após os resultados da segunda fase de colocação e quase despercebida passou a terceira fase.

Faz-me um pouco lembrar a história da rã e da panela de água que lentamente aquece e entorpece os movimentos e a clarividência, o que infelizmente veio a ser comprovado pelo silêncio que desde então se fez sobre um tema de tão

vital importância para o futuro do ensino da Engenharia em Portugal e para o futuro do sector empresarial industrial do nosso País;

Relativamente ao tema candidaturas aos diferentes cursos da oferta do ensino superior, este ano, presenciamos uma agudização na diminuição das candidaturas às áreas de Engenharia que teve uma diminuição, em média, de cerca do dobro da queda de candidatos aos restantes cursos, diminuição está fruto de variados fatores nomeadamente o demográfico e o económico, mas sobre estas matérias iremos ter oportunidade de ouvir o Professor Helder Pita com uma comunicação que espelha o trabalho profícuo elaborado pela OET na pessoa do seu Vice Presidente .

Relativamente à Engenharia não esqueçamos que não é propriamente a particularidade da obrigação do binómio matemática e física que está no cerne da questão, mas antes, no caso da Engenharia Civil, esta estar a ser o bode expiatório do colapso do sector da Construção, devido a uma falta de visão estratégica e planeamento por parte do Estado, comportamento que, no entanto não está,

incompreensivelmente a ser acompanhado pelos restantes cursos da fileira da construção, com o exemplo mais gritante da Arquitetura.

O espectro de formação superior em Portugal encontra-se obsoleto e desadaptado das necessidades do País, desenquadrado dos pressupostos da lei 62/2007 “Regime jurídico das instituições de ensino superior”, que transpõem para o enquadramento legal nacional os princípios da declaração de Bolonha e dos próprios princípios expressos neste documento.

O ensino Superior universitário deveria ser vocacionado, e passo a citar, *" para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental"* e o ensino superior politécnico para *"a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental"*.

O que, ao arrepio do vertido na lei, temos assistido é antes a uma excessiva Doutorização do Ensino Superior Politécnico em detrimento do saber fazer e dos especialistas que de acordo com a letra da lei tem o seu campo de ação preferencial neste sub-sistema de ensino superior, como aliás é comumente aceite quando em vários fóruns se alude á “especificidade do Ensino Superior Politécnico”.

Aliás, sobre este assunto, congratulamo-nos com o facto de o governo ter feito publicar o Decreto Lei 115/2013 relativo ao ensino superior contemplando uma maior incidência obrigatória de especialistas, na estrutura do corpo docente do ensino superior politécnico e a sua obrigatoriedade, em diferentes cotas como seria de esperar face ao anteriormente referido, na integração dos mesmos docentes na estrutura do corpo docente do ensino superior universitário, vindo em linha com as posições que temos tido oportunidade de nos últimos anos veicular ao poder político.

Os órgãos dirigentes das escolas, os seus docentes e porque não dizê-lo a entidade reguladora, deverão porventura

refletir, no sentido de perceber a especificidade da função de cada um dos sub-sistemas de ensino superior, da função dos estabelecimentos de ensino a que pertencem e a adequar os cursos que ministram a necessidades da indústria, necessidades regionais e nacionais e da preparação Científico-tecnológica para o exercício das profissões para as quais formam os seus alunos.

São estes que poderão continuar a gerar a mais valia de produção industrial de valor tecnológico acrescentado – baseado na engenharia evidentemente - que tem suportado as nossas exportações mais recentes e que nos países comumente conhecidos como mais desenvolvidos, como por exemplo a Suécia, representam mais de 50% do seu PIB.

Não é para nós líquido, para não dizer perfeitamente descabido, que se pretenda predestinar o sub sistema de ensino superior politécnico para uma formação com mais baixa exigência de ingresso, para ministrar cursos não conferentes de grau académico e delapidar assim o capital técnico científico e humano e material em que se investiu durante tanto tempo.

Não nos podemos igualmente esquecer ou desconhecer o estudo realizado acerca da importância dos Engenheiros e da Engenharia nos diferentes Países da Europa e do mundo, *realizado pela OCDE e a sua relação com o desenvolvimento desses mesmos países*, e dizer, como à relativamente pouco tempo ouvimos, que temos cursos de Engenharia e Engenheiros a mais, mas antes promover a adequação desses mesmos cursos ao desiderato já citado e ao nosso objetivo comum que é o desenvolvimento do País e melhoria das condições de vida dos portugueses.

Como depreenderam já, do anteriormente exposto, a OET tem como objetivo imediato e de curto prazo o diálogo com o Estado, com as Escolas, com as organizações intervenientes no nosso sector de atividade, no sentido de fazer passar esta mensagem e assim poder contribuir definitivamente para a correta valorização de cada um dos subsecções do ensino superior adaptando-os as necessidades do interesse nacional.

Este fórum é para nós um pequeno grande passo para a discussão proficuada um tema de interesse transversal á

Engenharia Portuguesa, no presente e no futuro, desde o ensino até ao exercício da profissão, na certeza de que o ensino não deve ser entendido sem um foco permanente nas competências profissionais necessárias para o desenvolvimento do País em cada área específica da Engenharia, proporcionando também desta forma um vasto leque de escolha a quem pretende iniciar a sua formação superior.

Como já vai longa a minha comunicação, resta-me agradecer a Vossa atenção e desejar-vos um bom e profícuo dia de trabalhos.